

# Padrões de interação sociedade e natureza: algumas peculiaridades do caso Brasileiro

---

## Society and Nature Interaction Patterns: Some Brazilian Peculiarities

Celso Fernando de Azambuja Gomes CARNEIRO\*

### RESUMO

O artigo explora os padrões de interação com o meio ambiente que se verificam na sociedade brasileira, bem como as concepções simbólicas de natureza a eles vinculadas. Três pontos de vista orientaram a exploração: uma discussão do ponto de vista cultural sobre a relação entre as atitudes face à natureza e a dinâmica do sistema social brasileiro; o das concepções de natureza ligadas aos processos de construção do Estado e das noções de memória e identidade nacional; e o das relações entre a apropriação da natureza e os principais processos econômicos de ocupação do território. Constatou-se, sob as três óticas, uma série de coincidências de padrões relacionais e atitudes que se repetem no tempo, mas também que há um contraponto entre dois modos de ver a natureza, o que pode suscitar novas possibilidades para compreender e agir sobre o meio ambiente.

*Palavras-chave:* sociedade e natureza; representações de natureza; apropriação da natureza; agricultura e natureza no Brasil.

### ABSTRACT

The article explores some Brazilian typical society-environmental interaction patterns and the symbolic concepts of Nature related to it. The study was oriented in three directions – cultural, historical and economical. In a cultural point of view, it considers the relationship between the social-cultural system and attitudes concerning nature. Using a historical approach, it considers the connection between the concepts of Nature and the national state construction process, as well as the notions of national identity and memory. Finally it analyzes resource appropriation patterns related to the economical occupation of the Brazilian territory. The conclusions lead to evidence that some relation patterns and attitudes have prevailed for a long period of time. They show that one can see that in the Brazilian society-nature relationship there is a counter point between two ways of regarding Nature – an enchanted and a modern way, which can mean new possibilities of understanding environment and for political formulation in that area.

*Key words:* society and nature; representations of nature; nature appropriation patterns; agriculture and nature in Brazil.

\* Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pesquisador associado ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, técnico da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná. Contato: celsofagc@gmail.com.

## Introdução

A intenção do presente artigo é explorar, a partir de diversos pontos de vista e numa perspectiva histórica, os padrões de interação com a natureza que se verificam na sociedade brasileira, buscando extrair daí as concepções simbolicamente produzidas sobre o meio natural em relação a sua forma social de apropriação<sup>1</sup>.

A suposição é de que tais formas de apropriação se relacionam profundamente com as concepções de natureza que lhes são subjacentes, informando os padrões de utilização de recursos, as atitudes a respeito das paisagens, a formulação de políticas públicas na área, entre outros aspectos relevantes, especialmente nos processos de valoração que se associam à escolha dos patrimônios da natureza – as paisagens singulares e os monumentos naturais.

Entende-se, assim, que os modos de interagir com o meio ambiente, quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista material – a interação que se dá no cotidiano da produção e da reprodução social no tempo e espaço – vinculam-se com os valores que se tem a respeito da natureza e aos modos históricos de sua apropriação.

No que concerne a este tema, foram considerados três aspectos, quais sejam: a relação entre as atitudes face à natureza e a dinâmica do sistema social brasileiro de um ponto de vista cultural; o das concepções de natureza ligadas aos processos de construção do Estado e das noções de memória e identidade nacional correntes em alguns momentos da história do Brasil; e o das relações entre a apropriação da natureza e os processos econômicos que levaram à constituição do território brasileiro.

O título sugere, desde já, a amplitude e diversidade do tema e a forte possibilidade de se incorrer em generalizações que careçam de historicidade e, também, da consideração de especificidades que sacrifique a necessidade de abrangência que o objeto estudado impõe.

Indiscutivelmente, se levadas em conta a variedade regional, a diversidade cultural e diferenças sociais que se verificam no Brasil, é evidente que se encontrará também uma grande variedade de concepções de natureza. Nesses termos, a tentativa de uma abordagem sistemática poderia significar a imposição de um esforço vão de ordenar algo

que por si é necessariamente marcado pela multiplicidade de visões.

O reconhecimento da dificuldade, contudo, não impede de ver, também, a utilidade do delineamento de um cenário geral, no qual se destaquem os significados das diversas práticas que traduzem as diferentes idéias de natureza, principalmente quando se trata da constituição de um ponto de vista crítico para formulação e discussão de políticas públicas na área.

## Um paradoxo bem brasileiro

Explorando o tema do ponto de vista da antropologia, Roberto Damatta (1993) em seu “Conta de mentiroso” aborda a questão em interessante ensaio no qual chama a atenção para as concepções de natureza, bastante contraditórias, que se expressam nos dois pólos do que chama sistema brasileiro.

Tal sistema seria composto por duas concepções de Brasil (DAMATTA, 1993, p. 92): aquela correspondente ao país que se vê como um “corpo político moderno”, ou seja, o “*Brasil nação*” que almeja um assento no teatro da modernidade” e, outra, que diz respeito ao “*Brasil sociedade*”, que se refere a um “conjunto de valores e símbolos”, os quais têm um caráter motivador das práticas e representações de todos.

A suposição é de que tais aspectos contrapostos permitem compreensão mais clara dos dilemas que caracterizam os padrões de interação entre a sociedade brasileira e o meio ambiente. Assumindo destaque, nesse caso, a peculiar dissociação – quase esquizofrênica – entre, de um lado, um discurso normativo avançado, sempre atualizado e marcado por uma lógica de proteção e conservação e, de outro, uma prática de apropriação da natureza marcada por padrões bastante destrutivos.

Há, pois, um dilema que expressa um paradoxo característico do sistema social brasileiro, qual seja o de:

agasalhar valores modernos como o individualismo igualitário e as idéias de justiça social, progresso material e de controle sobre a natureza sem, entretanto,

<sup>1</sup> Este artigo reelabora uma parcela de tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, sob o seguinte título: *A constituição de patrimônios naturais e o tombamento da Serra do Mar no Paraná* (GOMES CARNEIRO, 2007).

abandonar (ou “resolver”) um conjunto de práticas (e de ideologias) tradicionais – como a patronagem, o clientelismo e o nepotismo – que continuam se reproduzindo e governando *relacional e hierarquicamente* – sua vida social (DAMATTA, 1993, p. 93).

Tem-se um país que se representa como uma nação moderna – um *Estado nacional* – no que essa designação significa o contexto do ocidente europeu, mas que, concomitantemente, quase não tem consciência das práticas e ideologias que marcam o dia-a-dia da convivência social.

Sob esse aspecto, quando se trata da atuação do Estado, talvez seja mais adequado dizer que embora ela devesse, legalmente, ser impessoal, é variável conforme os interesses que orientam as decisões, podendo atender quer a critérios de legalidade, quer a interesses muito pessoais e específicos.

Nesse contexto, constata-se que a concepção de políticas públicas e as práticas do Estado baseiam-se num discurso que parece não levar em conta o fato de que as relações sociais são fortemente permeadas por laços tradicionais em que prevalecem as relações pessoais. Os laços de amizade, de família, o clientelismo, são elementos que perpassam vários aspectos da vida política brasileira – ainda que ressignificados no tempo – estando presentes na distribuição de recursos, empregos e no direcionamento da ação das agências públicas, para citar alguns exemplos.

De outro modo, é possível evidenciar que, no plano simbólico a relação da sociedade brasileira com a natureza parece estar sempre reatualizada pelo mito edênico, evidenciado em muitas manifestações que se repetem de forma sistemática em diferentes períodos da nossa história.

As visões de natureza vinculadas à narrativa edênica colocam o homem como a última das criações – a mais aperfeiçoada, posto que à imagem e semelhança do criador – e ao qual é concedido o gozo dos bens da natureza – *belas, maternal e dadivosa* – que se apresenta como disponibilidade infinita de meios e submissa aos desejos humanos.

Em tais circunstâncias, a natureza é muitas vezes exaltada como a principal característica do país, e o homem, colocado numa posição secundária com relação aos elementos desta mesma natureza, pois, sob essa ótica, ele emerge depois da criação do mundo natural.

Aliás, como referido anteriormente, as imagens construídas e reconstruídas no tempo – ainda que ressignificadas – apresentam, muitas vezes, o Brasil como provido de *terra fértil, clima estável, disponibilidade quase infinda de água, profusão de vida – árvores e bichos de toda a sorte* que estão à disposição. Trata-se de uma visão de natureza como *uma mãe dedicada que a seus filhos tudo provê*.

De outro modo, a percepção da terra brasileira como um paraíso de recursos que seriam infindáveis encontra-se em quase todos os cronistas dos primeiros tempos, desde a carta de Caminha, e insere-se num contexto histórico específico: o da crise de ocupação determinada pelo acelerado crescimento demográfico na Europa a partir de meados do século XV.

Para Faoro (2000, p. 118), a noção do paraíso seria produto da “reação intelectual” em relação às “ondas populares empobrecidas”. O novo mundo visto como um paraíso “trazia, nas descrições dos viajantes e dos humanistas, a abertura possível para uma crise européia, sem a qual, mais tarde, a colonização não se teria consolidado”<sup>2</sup>.

Por outro lado, é possível evidenciar que essa noção edênica de uma natureza prodigiosamente rica e disponível é uma referência recorrente nas alusões que se faz ao país com ecos em quase todos os momentos da história nacional. Já se expressava nos eldorados, buscados no correr dos séculos XVI e XVII; posteriormente, aparece nos descobrimentos mineiros do século XVIII; nas tentativas de naturalizar a Nação e o Império do século XIX; nas primeiras iniciativas para fundar a República; e nos esforços de construção de uma identidade nacional do Estado Novo; bem como no Brasil grande da ditadura militar.

Observa-se também que tal idéia de natureza tem grande força e está difundida num rol muito amplo de manifestações culturais<sup>3</sup>, desde as produções ideológicas

<sup>2</sup> A idéia de que a difusão desta visão paradisíaca das novas terras tinha um cunho de propaganda para incitar a imigração encontra-se também em Schwarcz (2008, p. 29).

<sup>3</sup> A idéia de que a natureza no Brasil é algo incomum e vinculado à noção de identidade nacional encontra-se viva e forte até o presente. Exemplo disso foram as respostas obtidas para a pergunta: *Na sua opinião, qual seria o principal motivo para se ter orgulho do Brasil*, formulada pela Confederação Nacional dos Transportes na sua Pesquisa de Opinião Pública Nacional realizada pela SENSUS Pesquisa e Consultoria (2007). Em maio de 2005 e junho de 2007, a resposta a esta pergunta apresentou para a alternativa riquezas naturais de 17,9% e 25,7% das escolhas, respectivamente, e para a alternativa praias/belezas naturais 5,3% e 10,2%, respectivamente. Assim, em 2005 tal idéia de natureza justificaria o orgulho de ser brasileiro para 23,2% dos entrevistados e, em 2007, para 35,9%, o que, no último caso supera em muito a segunda alternativa – solidariedade do brasileiro com 19,5%.

emanadas do Estado Nacional, como o hino nacional com o seu “gigante pela própria natureza”, para mencionar o mais óbvio. Mostra-se também na música popular, como nos sambas enredo de escolas de samba – a “maravilha de cenário”, o “precioso relicário” da *Aquarela brasileira*, de Silas de Oliveira. É muito freqüente na literatura – por exemplo, Olavo Bilac: “Não verás nenhum país como este! Olha que céu! Que mar! Que rios! Que florestas! A Natureza perpetuamente em festa. É um seio de mãe, a transbordar carinhos”.

Percebe-se, também, que essa noção remete a outra idéia de natureza ligada à forma coloquial brasileira de se referir ao local de nascimento como *terra, minha terra*, ao contrário do usual em outras línguas latinas em que se usa o termo país – *paese* em italiano ou *pays* em francês.

Tal concepção de terra é outra referência das relações da sociedade brasileira com a natureza. Uma categoria sociológica ampla e rica, que pode incluir: “planeta, mundo, parte sólida do globo e parte branda ou cultivável do solo, localidade, pátria, torrão natal, gleba, lugar, povoação, estilo de vida, território, propriedade e espaço sagrado”, mas que é um conceito “que retoma o arcaico conceito de ‘mãe terra’ como espaço que passiva e generosamente engloba plantas, animais e homens” (DAMATTA, 1993, p. 98-99).

Viu-se que uma das versões do mito edênico vinculava-se à idéia da natureza dadivosa que atende aos desejos do homem que, última e mais perfeita das criaturas, tem o direito natural à fruição – o que é diferente da ação em que o homem se coloca “fora e contra o mundo” para transformar todas as coisas e seres numa relação de dominação sobre a natureza em condições menos dadivosas.

Uma maneira de ampliar e compreender melhor estas formas distintas de ver a natureza é configurar como aparecem no olhar dos que colonizaram a América do Norte e os que colonizaram o Brasil.

Para os primeiros, a natureza era vista como o *ermo bravo* a ser conquistado pelo trabalho que redime, ou o deserto onde, pela provação, as qualidades são testadas. Aventura, desafio, expressão individual, retorno a valores “originais”, prática democrática são associados a essa forma de experimentar o mundo natural.

Já no imaginário dos colonizadores portugueses, aqui, *a terra era boa e sã, os frutos disponíveis, os peixes muitos, os frutos da terra estão disponíveis para quem queira, e possa colher*, enfim, tem-se uma imagem de um cenário marcado pelo deslumbramento e no qual os atrativos são

mais valorizados do que os obstáculos, como se a natureza fosse criada ao mesmo tempo “para deleite, desfrute”, alude Damatta (1993, p. 100).

Imagens como essa parecem sempre ocultar interesses históricos de exploração econômica da natureza *abundantemente provedora*, ou como, muito bem assinala Caio Prado Júnior (1967, p. 23), num contexto mercantilista, a exploração dessas terras tropicais toma o caráter de feitoria, onde o que interessa “é explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”.

É o enriquecimento rápido e o extrativismo imediato que traduz um padrão relacional com a natureza até hoje vigente no Brasil. Diz Sérgio Buarque de Holanda, comentando o padrão de agricultura altamente deletério que se desenvolve no período colonial:

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e metais preciosos (1995, p. 49).

Com referência ao extrativismo que, como se sabe, está gravado no nome do país, sabe-se que não se resumiu ao pau-brasil e às drogas do sertão. Mas, também, traduziu-se numa agricultura que por repetidas vezes – e por largos períodos como se verá adiante – caracterizou-se mais como *mineração agrícola*, pela sua capacidade de, sucessivamente, degradar extensas áreas.

Assinala-se que essa prática, em função de seu vínculo com a disponibilidade do recurso e por não se preocupar com sua finitude, não se ocupa de uma interação sistemática e mediada pelo trabalho construtivo com a natureza, pois não se trata de dominá-la, mas de colher seus frutos. Nesse modelo relacional o homem segue a natureza, está onde estão os recursos, colhe o que está disponível.

Assim, dependendo da natureza, que disponibiliza seus frutos a partir de suas características, mas ao mesmo tempo se apropriando dos mesmos como se esta natureza estivesse à sua mercê, tal forma de interagir “engendra uma lógica relacional necessariamente ambígua que oscila da idéia da natureza como recheada de encantamento e de poderes mágicos até a concepção do mundo natural como inteiramente a mercê do homem” (DAMATTA, 1993, p. 103).

Vale acentuar que, essa forma de ver (e se relacionar com a natureza) difere da visão que coloca o homem em oposição a ela, percebendo-a como um domínio independente do homem, submetido pelo seu trabalho e engenho humanos, característica do período moderno. Pois neste, como sugere a assertiva cartesiana, o homem se posicionaria “como mestre e possuidor da natureza”.

Nessa relação ambivalente pela qual, a um só tempo, há dependência mágica de algo do qual se pode apossar sempre e da forma como que se queira, encontra-se, também, uma possibilidade que, do ponto de vista relacional, pode significar o oposto do extrativismo ambientalmente degradador.

A razão disso, como afirma Damatta (1993, p. 104), deve-se a uma visão em que não há “seres independentes dos homens, já que toda a fauna, flora e sociedade são antes de tudo *entidades morais*, governadas pelas mesmas regras que comandam o universo humano”, ou uma “idéia relacional e inclusiva da natureza *na* cultura, tanto quanto da cultura *na* natureza”, o que sugere “equilíbrio compensatório – de *reciprocidade* (Mauss) – entre natureza e cultura”. Neste esquema, natureza e cultura situar-se-iam no mesmo plano, permitindo “uma ética de respeito, generosidade, equilíbrio, compensação e *reciprocidade*” – aspectos estes que não subsistem na modernidade capitalista.

Outro aspecto que se relaciona com as concepções de natureza correntes na sociedade brasileira é a idéia, bastante generalizada, de que o Brasil não foi *fundado*, mas *descoberto*. A descoberta casual é distinta de uma fundação, pois esta, desde tempos imemoriais, supõe uma responsabilidade e compromisso do fundador com uma ordem – humana ou celestial – e um ato intencional. Já a primeira – uma mistura de destino, acaso, inspiração divina e heroísmo – desobriga e permite a invenção.

Nessa situação, naturaliza-se a dinâmica da sociedade, numa leitura da história em que as instituições e os valores políticos são vistos como decorrência de um processo natural, o que exime seus atores da responsabilidade pelos processos históricos e sociais.

Prevalece a invenção de uma fórmula que busca combinar, ingenuamente, uma natureza edênica com um inusitado “encontro espontâneo entre *raças*” que mistifica as culturas indígenas e africana e busca excluir “o peso específico (e, repito, as responsabilidades) de cada categoria na estrutura de poder.” Os “processos sociais são lidos pela ótica de uma ‘história natural’, uma narrativa na qual se enfatizam os ritmos biológicos e determinações naturais” (DAMATTA, 1993, p. 105-106). Evita-se, então, falar em valores, instituições, opções econômicas.

Aliás, isso chama atenção para outro aspecto peculiar ao éden, pois neste, como no outro mítico, o homem – o homem eleito e não qualquer homem – estaria isento do trabalho, pois este seria uma pena imposta para os decaídos do favor divino.

A característica de atualização do mito edênico nas relações sociais brasileiras no Brasil colonial é bem destacada por Raymundo Faoro (2000, p. 116). Apoiando-se em Pero de Magalhães Gândavo e no seu *Tratado da terra do Brasil*, mostra que junto com a fertilidade da terra acenava-se também com a libertação do trabalho e uma vida aristocrática assegurada pelo trabalho escravo.

Recorrendo diretamente à obra de Gândavo (1980, p. 2), vê-se que este, já de início, declara sua intenção de propagandista da “fertilidade e abundância da terra” que a todos agasalha constituindo-se em “remédio” para os que vivem na pobreza.

Na seqüência, o autor descreve as diversas capitâneas desde a de Pernambuco até a de São Vicente, sempre elogiando a terra e seus frutos, para, depois, no tratado II, chamar a atenção para a doação de terras em sesmarias “pelos Capitães da terra” e para a possibilidade de se viver no ócio, adquirindo, portanto, nobreza a partir do trabalho do indígena:

As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada hum alcançar dous pares ou meia duzia de escravos (que pode hum por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remedio pera sua sustentação; porque huns lhe pescão e cação, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assi pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos indios da terra buscam de comer pera si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessôas (GÂNDAVO, 1980, p. 7).

Delineiam-se assim os elementos que se encontram na base do quadro das relações entre o homem e a natureza no Brasil: a exploração dos recursos da terra; a suposição de que ela é rica em produtos naturais, os quais se oferecem para ser extraídos; a utilização do trabalho escravo, o que implica numa hierarquia que coloca os tidos como “socialmente inferiores” na relação com o trabalho produtivo e com a natureza.



Constitui-se, portanto, uma “moldura naturalista” que excluiria as “instituições sociais” e omitiria a responsabilidade dos “agentes históricos”, restringindo as possibilidades da “discussão das opções políticas”, incluindo, por outro lado, “etnias e subordinados como personagens de um drama social ambíguo e aparentemente sem sujeito” (DAMATTA, 1993, p. 106). O que, aliás, remete ao ponto central do pensamento de Damatta (1993, p. 112), qual seja o de que “a idéia de que as representações do mundo natural e da sociedade refletem um mesmo conjunto de valores”, ou seja, de que “sociedade e natureza, assim, não seriam reflexo uma da outra, mas expressariam o mesmo conjunto de valores”.

Para esse autor, o mesmo padrão de relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza se verifica no âmbito da sociedade, e ele exemplifica:

No sistema social ibérico [...] a exploração da natureza se faz por meio do trabalho realizado pelos escravos – seres que estariam mais próximos da natureza –, que, com seus superiores e senhores, formam uma comunidade fundada na desigualdade e na hierarquia. Natureza e sociedade não se compartimentalizam e se confrontam diretamente [...] mas se ligam por meio de múltiplas mediações feitas por vários subordinados. **Assim, a uma representação de natureza como esfera passiva, e metaforicamente concebida como serva – uma escrava do homem que dela dispõe como bem entende – corresponde uma estrutura social igualmente fundada na passividade obrigatória do trabalhador e na sua submissão total ao senhor.** (1993, p. 113) Grifou-se.

É de se notar que pelo menos até as três primeiras décadas da República esse sistema hierárquico, que aproxima os seres socialmente considerados “inferiores” da natureza – quer pela lida na roça, quer pelo trabalho manual –, foi o dominante no país. Também que esta noção hierarquizada da sociedade em que os privilégios – inclusive no que se refere aos padrões de exploração da natureza – se articulam por meio de relações de parentesco e compadrio ainda se expressam com vigor.

Como forma de relação dominante no interior da sociedade brasileira e na afirmação ou negação da hierarquia é que se encontram, segundo vários estudiosos, os tipos sociais mais significativos da colonização: do bandeirante ao senhor de engenho, do degradedo ao escravo, do catequista ao contrabandista, do aventureiro ao letrado-burocrata. Alguns destes tipos podem ser considerados emblemáticos das formas históricas de relacionamento com a natureza na sociedade brasileira.

### *Terras da promessa: uma perspectiva historicista*

Gilmar Arruda (2000, p. 47), por sua vez, aproxima-se de uma perspectiva histórica para as representações de natureza, procurando associá-las à memória e à identidade nacional e ligá-las aos contextos verificados nos séculos XIX e XX. Do seu ponto de vista, é no século XIX, quando se inicia a busca da construção de uma história e de uma identidade nacionais, que se encontram as bases das atuais concepções de natureza, bem como das relações destas com a identidade brasileira.

Sob essa ótica, a nação, naquela época, invenção recente, seria para a maioria da população algo pouco claro, que se constituía provavelmente nas fronteiras do sul por oposição aos castelhanos, ou, em alguns centros de maior desenvolvimento comercial, por oposição aos interesses da metrópole, na medida em que os interesses das elites locais se viam prejudicados, inclusive com o retorno da corte para Lisboa.

Tal movimento, de fato, tem início quando da vinda da corte portuguesa ao Brasil, em virtude das guerras napoleônicas. É neste momento, com a missão francesa e a instalação da Real Academia de Belas Artes, em 1816, que se inicia, segundo Lilia Moritz Schwarcz (2003; 2008), a produção de uma iconografia em que se vincula a imagem da natureza tropical com a do Estado no Brasil.

A construção desse nacionalismo, que mais adiante, já a partir dos anos 1840, ganha dimensão de projeto de Estado, desenvolve-se num contexto fortemente vinculado ao Romantismo<sup>4</sup>. A figura do índio naturalizado como a

<sup>4</sup> O romantismo, cujo advento no Brasil – um tanto tardio – terá suas primeiras manifestações nos anos 1830 e num ambiente literário que se constituía logo após a independência e que valorizava o nacionalismo, terá sua mais forte expressão no indianismo que, no dizer de Mello e Souza (1976, p. 343-347), aparece como “poesia nacional por excelência, aquela que manifestava uma sensibilidade e um temário que nos diferencavam do antepassado português”, constituindo-se num elemento cujas importância e influência foram “inestimáveis para a aquisição da consciência nacional de um povo que acabava de chegar à vida independente”.

imagem da nação e a pujança da natureza tropical são elementos dominantes. Literatos como José de Alencar, Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, bem como pintores como Victor Meirelles, Rodolfo Amoedo e José Maria de Medeiros, são algumas das expressões marcantes nesse movimento.

Também naturalistas e viajantes que percorrem o país à época, muitas vezes apoiados pelo governo imperial, constroem uma visão da natureza brasileira que é posteriormente apropriada pelos intelectuais da terra. Eles é que ajudarão a construir um discurso que se vincula à identidade nacional.

Convém lembrar que essa visão era influenciada, à distância, por Humboldt, cujo pensamento orientou a maioria dos naturalistas viajantes da época e traduz um ponto de vista descritivo e taxonômico, mas, também, romântico (PRATT, 1991, p. 152).

Nota-se que o Romantismo – que concede um valor à interpretação pessoal e emotiva da natureza –, esteve sempre próximo dos movimentos de construção da identidade nacional na Europa no mesmo período.

A especificidade da natureza tropical, até pela ausência de outros motivos sobre os quais se pudessem constituir uma noção de unidade, ganhou destaque nesse contexto. É de se lembrar a sagração do jovem Dom Pedro II, com sua murça<sup>5</sup> de penas de pássaros da terra e seu manto com ramos de cacau e tabaco e com o céu do Brasil, realizada num cenário que se desenvolve entre as representações dos rios Amazonas e o da Prata (SCHWARCZ, 1998, p. 75-78).

A vinculação da imagem do imperador com a natureza tropical, que se faz durante as primeiras décadas do Segundo Império, bem como o sistemático apoio que se deu, à época, ao estudo da natureza brasileira, são evidências da tentativa – muitas vezes expressa pelo próprio monarca – de fundar uma identidade nacional apoiada na natureza tropical.

É nesse período de formação do Estado nacional, segundo Arruda (2000, p. 47), que o tema ganha relevo especial. Nesse momento a afirmação da natureza como característica nacional serviu para a criação de uma identidade da nação que surgia: “Literatos, viajantes e autoridades recorreram à idéia de uma especificidade formada pelos trópicos para afirmar o direito à independência política e cultural”.

As imagens da natureza brasileira – muito vinculadas ao Romantismo – que foram sendo produzidas pelos naturalistas, cronistas, artistas e viajantes que percorreram o Brasil no século XIX, de acordo com Arruda (2000, p. 49), tornaram-se elementos decisivos para a formação das representações de natureza e do país que viriam a ser dominantes no Brasil; vindo a se constituir em “elementos fundantes na construção de ‘lugares de memória’, nos quais pudessem encontrar abrigo as tentativas posteriores de busca de identidades nacionais ou regionais”.

Todavia, tal visão ufanista, ou melhor, esse ufanismo que se faz nacionalista pela via do Romantismo, e que tem o sentido de construir uma identidade brasileira comparativamente à européia, num movimento que se assemelha ao dos americanos na valorização de seus monumentos naturais como símbolo da nação, esconde as reais atitudes com relação aos recursos da natureza.

De fato, o que se verifica através dos tempos é o que José Augusto de Pádua (apud SERRANO, 1993, p. 37) analisa como “uma tradição de dois pólos esquizofrenicamente divorciados” em que se vê “uma celebração puramente retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa do outro”.

Nos finais do século XIX, contudo, verifica-se uma inflexão nesse ponto de vista. Aparece uma nova geração ilustrada que repensaria a idéia de nação, relacionando a idéia de natureza com a de território, e que apresenta novas demandas para a ocupação de novas áreas.

Isso se verifica no contexto das novas necessidades da economia e da política nacional: o advento do café e a sua permanente demanda por novas terras produtivas e, também, da Guerra do Paraguai que veio, no campo diplomático e das políticas territoriais, a significar uma retomada das questões de fronteira, especialmente na bacia do Prata – o que colocava também a questão da ocupação territorial e da acessibilidade a estas regiões.

Para Arruda (2000, p. 52), neste momento os engenheiros ganham destaque como grupo social e profissional que, imbuído na crença da ciência, participa de um movimento de conquista de novos espaços e de sistematização de informações sobre os mesmos, mediante missões exploratórias, relatórios e obras que trouxeram – sem se desvincular do

<sup>5</sup> Murça que, posteriormente, veio a ser feita com penas de papo de tucano e que era considerada um tributo aos caciques indígenas; a da coroação, com penas de galo-da-serra, diz-se ter sido um presente dos índios Tirió (SCHWARCZ, 1998, p. 78).

ideal romântico – uma nova leitura da natureza no Brasil. Nesse contexto:

A natureza continua exuberante, visões paradisíacas, mas agora aparece associada a um outro componente de comparação, a idéia de progresso. A natureza já não é mais apenas um componente de identificação ou de individualização de uma determinada nação ou de um espaço, mas sim um recurso para promover ou impedir o progresso, entendido como desenvolvimento econômico. [...] As riquezas potenciais da natureza não eram, portanto, nem boas nem más; o que as tornava elementos de progresso era o trabalho.

É o tempo dos estudos técnicos das ligações ferroviárias, da exploração das possibilidades da navegação fluvial, da construção das ferrovias – as grandes obras da engenharia nacional como são freqüentemente referidas – que permitiram, de um lado, a articulação entre as unidades de produção primária e o porto exportador e, de outro, a ocupação de áreas estratégicas, como foi o sul do país com a ferrovia São Paulo-Rio Grande. Nesse momento inicia-se também, com passos tímidos, a marcha para o oeste.

Tais iniciativas vieram acompanhadas de sistemas bastante deletérios de exploração da natureza. Muitas destas obras ferroviárias tinham suas concessões acompanhadas de permissão da exploração florestal das terras do entorno. Nesse caso, enquadra-se, por exemplo, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. A *Brazil Railway* tornou-se, em 1908, proprietária de faixas de 15 quilômetros de ambos os lados da via férrea, no trecho entre União da Vitória e Marcelino Ramos, tendo a sua subsidiária a *Southern Brazil Lumber & Colonization* recebido, em 1911, 180.000 hectares onde realizou exploração madeireira em larga escala (MONTEIRO, 1978, p. 73).

A tônica principal destes tempos é a da conquista do sertão. Os engenheiros e os trabalhadores são vistos como heróis que vão conquistar o sertão incivilizado em que *há mato e índios*, um espaço a ser apropriado para tornar-se produtivo.

Mais à frente, entre o final dos anos 1920 até os de 1940, dois movimentos, um de caráter econômico e outro de cunho cultural, parecem compor uma mudança nas concepções de natureza correntes no Brasil.

De um lado, tem-se a afirmação do Modernismo, com a valorização do modo de vida urbano e do industrialismo

que lhe são inerentes. De outro, verifica-se a expansão da economia cafeeira, com a incorporação sucessiva de novas terras ao oeste de São Paulo e ao norte do Paraná, e a geração de excedentes que propiciaram a base da industrialização e urbanização.

Do ponto de vista cultural, o Modernismo significa uma mudança de vulto nas concepções de natureza de então. O movimento expressava o modo de vida urbano, associava-se ao progresso, à velocidade, cantava a máquina, as luzes da cidade. Mas também expressava uma visão do Brasil fora da metrópole, por um ponto de vista mítico em que a natureza – *voraz, e protéica* – juntamente com o homem, gerava, nas imensidões incivilizadas do interior, o substrato selvagem do brasileiro (BOSI, 1978, p. 313-318).

Canta-se a selva ora do ponto de vista urbano, festejando o espírito civilizador do paulista – *para lá vão as monções e o caçador de esmeraldas, semear cidades, descobrir riquezas* –, ora do como lugar de encantamento, de indiferenciação entre homem e bicho, existindo num tempo a parte que abriga seres míticos – lá onde vestido na pele da *Cobra Norato*, Raul Bopp fez *mirongas para a lua nova, viu as árvores insones e a água do rio se quebrar, só para casar com a filha da rainha Luzia* (BOPP, 2000, p. 5-6).

É interessante observar também que, malgrado sua inspiração urbana, permanece viva, nas expressões do modernismo, mesmo nos seus segmentos mais afastados do nacionalismo exacerbado que se comprometeu com o integralismo e serviu aos desígnios da propaganda estado-novista, uma relação profunda entre a identidade do brasileiro e aspectos da natureza.

Um exemplo disso são as Enfribaturas do Ipiranga, de Mário de Andrade (2003, p. 85), onde o poeta se refere aos modernistas, “nós”, como as Juvenilidades Auriverdes. Estas, num diálogo em que se contrapõem aos escritores e artistas estabelecidos – os Orientalismos Convencionais –, aos milionários e burgueses – as Senectudes Tremulinas – e à massa indiferente – os Sandapilários Indiferentes –, assim se apresentam:

Nós somos as Juvenilidades Auriverdes!

As franjadas flâmulas das bananeiras,

As esmeraldas das araras,

Os rubis dos colibris,

Os lirismos dos sabiás e das jandaiaias,



Os abacaxis as mangas e os cajus  
 Almejam localizar-se triunfalmente,  
 Na fremente celebração do Universal!...  
 Nós somos as Juvenilidades Auriverdes!  
 As forças vivas do torrão natal [...]

Celebra-se então uma nacionalidade de “brasileiros auriverdes” (ANDRADE, 2003, p. 59) que quer se inserir no contexto do internacional – a celebração universal modernista –, mas se apresentando com as vestes da natureza, com as suas cores, com a sua profusão tropical.

É nesse momento que, afirma Arruda (2000, p. 55), “campo e cidade”, “cidades e sertões” virão a se constituir em “novos lugares da memória”, sendo estas representações mais freqüentes a partir dos anos 1940. A oposição entre cidade e sertão – civilização e selvageria, moderno e arcaico – estabelece o que o autor designa uma nova “sensibilidade espacial sobre o território do Brasil” cujos “elementos fundantes” se apóiam na “idéia de progresso e apropriação da natureza, entendida como recurso natural”.

A cidade é, nesse período, como foi até os princípios dos anos 1970, associada ao progresso e à difusão de inovações, iniciativas e cultura; às fábricas e à tecnologia. Em oposição, o sertão<sup>6</sup> seria o inculto, o domínio da natureza. Mas também, como já se viu, dentro de uma perspectiva que praticamente funda um dos aspectos dominantes das relações da sociedade brasileira com a natureza e que remonta aos primórdios do período colonial, o lugar da oportunidade e do enriquecimento rápido; só que agora o ouro era o café.

A natureza como sertão era vista, assim, a partir desta percepção de opostos, era a um só tempo o inculto e o atrasado e a oportunidade de enriquecimento pelo trabalho.

Arruda se refere a esse paradoxo, indicando que as propagandas das companhias de colonização apontavam a natureza exuberante como uma garantia da obtenção de

rendimentos e que “grandes árvores, rios, fotos de imensas florestas etc. são largamente utilizados para transformar a natureza em recurso natural” (ARRUDA, 2000, p. 57).

É de se lembrar que esta forma de interação com as florestas como signo de potencial agrícola, tipicamente brasileira, que subsistiu pelo menos até os fins do século XX, já estava presente no século anterior, como aponta Alice Canabrava (1974, p. 95) ao comentar o processo de apropriação de novas terras pela atividade cafeeira:

A floresta indicava as áreas privilegiadas; as de maior interesse são marcadas pela presença de árvores padrões [...]. “O verdadeiro agricultor”, escrevia o Barão de Pati do Alferes, “conhece as madeiras da mata, verdadeira pedra de toque do profissional da agricultura”.

É de se pensar, aqui, para quem se articulavam estas representações simbólicas sobre a natureza. Provavelmente, para as elites enriquecidas com o café e para as classes médias urbanas, o sertão era a oposição dos confortos da cidade. Já para os migrantes nordestinos e mineiros e para os filhos da primeira geração de imigrantes, que ao princípio do século se constituíram na mão-de-obra da cafeicultura, caminhar para o sertão significava oportunidade de trabalho, terra própria e riqueza.

Esse momento de ocupação de novos espaços e de apropriação de grandes áreas de terra para a atividade agrícola em padrões modernos, mas ainda muito intensiva em mão-de-obra, que se verificou, principalmente, em extensas porções do território paulista e paranaense, mobilizou e galvanizou a atenção de quase toda a população brasileira, trazendo expressivas levas de migrantes. Em função de sua imensa capacidade de destruição de extensas áreas de floresta num processo de modificação da paisagem de grandes dimensões, e pela quantidade de pessoas que mobilizou de diversas origens culturais, suscita uma oportunidade de estudo de como se articulam as concepções de natureza, memória e identidade que ainda estão por ser

<sup>6</sup> Sobre a idéia de sertão, como representação de natureza inculta, ou como local despovoado, mas onde também reside a possibilidade do enriquecimento rápido, cabe asseverar que ela remonta aos primórdios da colonização. Era no sertão, inculto e povoado de selvagens, que se ia buscar ouro e apresar indígenas. Ou, como se refere Alcântara Machado e seu *Vida e morte do bandeirante*, a palavra sertão “já aparece nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, como a ‘denúncia que para o sertão está voltada constantemente a alma coletiva’, pois ele foi ‘o centro solar do mundo colonial’. Espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo, despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil. Trazia, porém, o risco das forças destrutivas da ‘natureza rebelada’: onças, tigres ‘e outros bichos mui indômitos, desertos e miasmas, febres e peçonhas’, além das populações muitas vezes confundidas com a própria fauna, ‘os negros da terra’” (apud VAINFAS 2001, p. 528-529).

devidamente exploradas. Mas, todavia, pelas dimensões da mudança devem ser referência presente nas concepções de natureza das gerações que o presenciaram e naquelas que as sucederam.

No pós-guerra, assentadas as bases do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, via-se um sertão conquistado, ou pelo menos cada vez mais longínquo do Brasil urbano do centro sul.

A população urbanizava-se, cresciam as grandes cidades que se tornavam cada vez mais destino dos processos migratórios internos, quer pela oferta de novos empregos, quer pelas mudanças de fundo na agricultura que, com novos padrões tecnológicos e concorrenciais, apresentava cada vez menores índices de ocupação de mão-de-obra.

A população urbana, formada em grande parte de adventícios do meio rural ou de pequenas cidades estreitamente ligadas a esse meio, tem a memória colada a antigos suportes que sobrevivem, e neles encontra-se impresso um determinado padrão de relação com a natureza e um conjunto de lugares que representam, idealmente, esta natureza (ARRUDA, 2000, p. 58).

Quase que complementarmente, a natureza, que uma geração atrás estava para ser conquistada e submetida pelo progresso, como consequência desta urbanização rápida, que coloca na periferia e na miséria grande parte da população e que submete quase todos a uma vida de violência, serviços inadequados, desconforto e tensão, começa a ser idealizada novamente como o paraíso, o lugar da vida tranqüila, do encontro com antigos valores.

Nesse sentido, como se refere Arruda (2000, p. 61), a natureza passa a ser associada à “vida no campo”, sendo colocada “como um contraponto ao urbano”. O interior é cada vez mais considerado como um “local ‘natural’, onde ainda existe a possibilidade de ‘volta’ à natureza, de fuga da cidade, onde a civilização possui morada”.

Trata-se mais uma vez de um retorno ao paraíso, tanto da expectativa do retorno ao rural, à vida da infância, quanto aquela narrada pelos pais como uma vida ideal, como os paraísos projetados dos parques e condomínios fechados, numa versão local, cada vez mais presente, dos paraísos construídos a que se refere Cronon (1995, p. 37).

Nestes últimos, a publicidade cuida de associar vida saudável e felicidade às “imagens do campo, de bosques, parques naturais, rios, etc., [...] qualidade de vida reside em viver na natureza” [...] trata-se da natureza, mas de “uma natureza projetada” (ARRUDA, 2000, p. 61).

### ***Apropriação da natureza tropical: diversidade cultural e frentes agrícolas e extrativistas***

A relação da sociedade brasileira com a natureza pode ser considerada, também, levando em conta o peculiar encadeamento entre oferta de recursos naturais – principalmente terra –, a cultura do colonizador e as demandas externas por produtos primários.

O território brasileiro, pelas peculiaridades de sua geografia – tropicalidade marcante e ausência de grandes barreiras físicas e de aridez acentuada – colocou para o colonizador europeu um conjunto de dificuldades e de possibilidades que estão, ainda hoje, no cerne de alguns padrões de apropriação dos recursos naturais que aqui se encontram.

De um lado a natureza tropical colocava imensas dificuldades de adaptação para agricultores oriundos de áreas temperadas, principalmente no que concerne a uma possibilidade de adequação de culturas e técnicas de manejo à dinâmica climática e edáfica<sup>7</sup> e, de outro, à ausência de áreas de grande aridez que tornava a terra brasileira passível de ocupação e colonização extensiva, como aponta Azis Ab’Saber (1976, p. 55-57).

Essa inadequação cultural, associada à disponibilidade de novas terras incorporáveis a baixo custo, deu origem a um padrão de agricultura de grande agressividade ambiental, ao qual Sérgio Buarque de Holanda se refere da seguinte forma:

Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra “agricultura” aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os mé-

<sup>7</sup> A referência aqui é à dominância de solos laterizados – originários de processos de oxidação que se caracterizam pela presença na superfície de óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio e caulinita – nos meios tropicais e a sua baixa fertilidade natural; assim, quando se verifica a retirada da floresta, suprimindo-se a fonte de matéria orgânica que propicia a sua fertilidade, a intensidade dos processos de intemperismo – químico e mecânico – típica destas zonas propicia processos de lixiviação e de erosão que rapidamente remetem o solo à sua condição original de baixa fertilidade (TOLEDO *et al.*, 2003, p. 144-162).

todos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações [...]. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável (1995, p. 49).

A regra que se instalou, como afirma o mesmo autor, foi a de se incorporarem novas áreas de cultivos tão logo as terras utilizadas se vissem depauperadas, de forma que poucas fazendas permaneciam no mesmo lugar ou sob o mesmo dono mais do que duas gerações (1995, p. 50).

Esse processo de incorporação obedecia a um padrão aprendido com os indígenas e que, praticado nestas terras desde que aqui surgiu a agricultura, tinha como base a apropriação agrícola das áreas de florestas<sup>8</sup> – de cultivo mais viável para a época que os campos e os cerrados geralmente ácidos e de baixa fertilidade – mediante a prática de queimadas (DEAN, 1996, p. 44 e 56). Estes mesmos solos, expostos ao intenso intemperismo das áreas tropicais, perdiam rapidamente a fertilidade pela lixiviação e erosão hídrica, tornando-se imprestáveis para a atividade a curto prazo.

Aliás, sobre a rápida perda de fertilidade do solo, lembra Buarque de Holanda (1995, p. 51), numa alusão que se reveste de trágica atualidade, tendo em vista o que ocorre hoje na Amazônia, uma carta enviada ao Conde de Oeiras, em 1766, em que se afirma que “Todos [...] sustentam que a terra, no Brasil, só tem sustância na superfície [...]”.

A evidente incúria com a terra caracteriza a agricultura brasileira durante um longo período da história do país, e é comentada por diversos autores a partir do século XVIII, como registra José Augusto Pádua (1998, p. 297-301). Eles denunciam seu caráter nômade, apoiado no trabalho escravo e na queima da mata atlântica.

Exponente deste pensamento foi José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo discurso crítico com relação à destrutividade ambiental da lavoura colonial considera

como causas não apenas as práticas das queimadas, mas o atraso tecnológico, o escravismo e o latifúndio (PÁDUA, 1998, p. 301).

Caio Prado Jr. (1967, p. 88) também compara tais práticas agrícolas com a mineração quando a denomina “agricultura extrativa” a qual, afirma, “ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço de sua parte”.

É a manutenção desse padrão de relação com a natureza que confere à agricultura que aqui se generalizou uma característica de *mineração*, na medida em que significa uma retirada, sem reposição, dos elementos que permitem a fertilidade do solo. Percebe-se, também, que suas origens vinculam-se aos modos de fazer das culturas que se envolveram nessa prática, e aos seus padrões de interação social, pois que estes – calcados na hierarquia – aproximavam os menos privilegiados – indígenas e negros – do trabalho e do trato com a terra, o que também se vincula com a generalização do sistema de queimadas.

Caio Prado Jr. (1967, p. 90) associa não apenas ao trabalho escravo – que qualifica como “semibárbaro” – esse traço destrutivo da agricultura que se registra no Brasil. Vê ligação também com a política colonial portuguesa, que mantinha a colônia no isolamento, tendo como canal de entrada de produtos e técnicas apenas a metrópole e não permitindo o acesso a inovações.

Além das explicações de caráter cultural, político e geográfico, tal padrão de relação com a natureza também está relacionado com um conjunto de aspectos econômicos, pois a ocupação produtiva das terras brasileiras se dá no contexto da expansão comercial européia.

Inicialmente o produto da terra era o pau-brasil, cuja extração em larga escala não implicou maior ocupação e teve como saldo a destruição em grande escala da floresta<sup>9</sup> (PRADO JR., 1967, p. 25), na qual foi de grande valia a mão-de-obra nativa.

Passadas as três primeiras décadas do século XVI, a iniciativa colonial centrou-se na produção açucareira,

<sup>8</sup> August de Saint Hilaire (apud CANABRAVA, 1974, p. 92) já apontava nos meados do século XIX que “todo o sistema da agricultura brasileira é baseado na destruição da floresta, e onde não há matas não existe lavoura”.

<sup>9</sup> Roberto Simonsen (1969, p. 58-61) afirma que, com o pau-brasil, “a exploração das riquezas vegetais do país começou para não mais parar” e comenta que as madeiras que daqui eram retiradas no início da colonização destinavam-se não apenas à tinturaria, mas também à fabricação de móveis de valor e navios; tiravam-se duas variedades de Brasil: o de Pernambuco (*Caesalpinia crista*) e o brasil propriamente dito (*Caesalpinia brasiliensis*) – *ibirapitanga* e *arabutã*, na designação indígena –; a extração, feita pelos índios, provocava grandes danos, não somente porque estas árvores freqüentemente atingiam “proporções gigantescas”, mas porque, muitas vezes, valiam-se do fogo para se pouparem do trabalho de corte, o qual podia se propagar pela mata; também se comerciava com o jacarandá e o acaju.

inaugurando nos trópicos, como assinala Caio Prado Jr. (1967, p. 91), um “novo tipo de agricultura comercial extensiva em larga escala” que não tinha precedente histórico na Europa.

A economia açucareira, que vem a ser a base de ocupação territorial mais ampla e estável em nosso país nos primeiros séculos da colônia, apresenta um comportamento peculiar, que a levaria a um crescimento em extensão, sem mudanças de caráter estrutural.

Como assinala Celso Furtado (1971, p. 51-53), a economia açucareira tinha sua dinâmica determinada pela demanda externa. Apresentava nos períodos de expansão uma demanda crescente e preços ascendentes e tinha, nesses períodos, como única limitação ao crescimento, a oferta de mão-de-obra e a disponibilidade de novas terras. Já nos períodos de retração, graças à disponibilidade de mão-de-obra escrava, podia atender as necessidades básicas de manutenção da empresa – as condições mínimas de reprodução desta mão-de-obra, do proprietário e seus dependentes – não resultando em grandes perdas.

Tem-se então uma atividade econômica cuja relação com a natureza se apóia numa dinâmica que responde a estímulos tendentes a ampliar o uso do recurso terra. De um lado há um padrão tecnológico inadequado que tende a inutilizar, com muita rapidez, este recurso, exigindo sempre a incorporação de novas terras para compensar a perda de produtividade. De outro há um padrão de crescimento que requer a incorporação de novas áreas para atender os aumentos de demanda e, por fim, uma inércia estrutural que não induz à inovação tecnológica – e que reproduz, portanto, o padrão extremamente agressivo de apropriação a cada novo ciclo ascendente – posto que é garantida a reprodução em situações de baixa demanda.

A produção açucareira, além desse padrão de organização da produção que tendia a ampliar a demanda sobre recursos da terra, associava-se a uma forma de cultivo apoiada na queimada e tecnologia incipiente – as únicas ferramentas eram as enxadas e as foices – e também demandava lenha. Esta era retirada das proximidades dos engenhos até o momento em que a distância de transporte inviabilizasse a atividade (PRADO JR., 1967, p. 88-89).

Podem-se identificar dinâmicas similares, determinadas por demandas que se articulam externamente – quer no que concerne à formação de mercados, quer no que diz respeito à formação de preços – em diversos outros momentos da história do país. Elas respondem aos estímulos positivos através de sucessivas ampliações da extensão da área explorada e se apóiam em uma matriz tecnológica simples, de caráter relativamente estável, e de alta agressividade ambiental.

Não se trata de generalizar, pois a amplitude do tempo histórico envolvido não é pequena e, também, as especificidades de cada caso não podem ser deixadas de lado. Mas, em se tratando de estabelecer um cenário amplo, pode-se considerar que este não foi só caso da lavoura açucareira, mas também se verifica padrão similar em atividades extrativistas como a da borracha e do mate e, também, na expansão cafeeira.

Os pontos de vista externados por Roberto Damatta (1993) parecem encontrar eco no padrão de interação entre a economia e a natureza acima relatado. A idéia de que o homem segue a natureza na busca de recursos encontra similar na história econômica na noção de frentes<sup>10</sup>, pela qual se procura associar a ocupação do território e o padrão de apropriação dos recursos da natureza a mecanismos de demanda externa por produtos primários.

Sob este ponto de vista, a ocupação do território brasileiro obedeceu – diferentemente ao que se encontra nos países de colonização espanhola – a uma dinâmica de frentes de ocupação voltadas ao estabelecimento do domínio português sobre o território e que foram seguidas da organização e gerenciamento de processos específicos de produção a partir do povoamento e do uso dos recursos naturais com o dinamismo apoiado nas demandas do mercado europeu (OEA, 1975, p. 23-24).

Tratava-se de um processo de frentes de ocupação vinculadas à intenção de ocupação de um espaço que, para a racionalidade econômica de então, apresentava-se como vazio – isto é, sem possibilidade de incorporação ao sistema de trocas internacional – e sobre o qual era necessário estabelecer domínio.

<sup>10</sup> Esta idéia, como formulada no *Estudo para o desenvolvimento regional do noroeste do Estado do Paraná*, de 1973 e 1974, elaborada no âmbito dos trabalhos de desenvolvimento e planejamento da Bacia do Rio da Prata, da Organização dos Estados Americanos, refere-se a um conceito de frente que se vincula a um padrão de relação entre uma forma de produzir e o meio físico, no qual se distinguem, basicamente, frentes de ocupação, de expansão ou expulsão – associadas a uma determinada atividade primária e às dinâmicas ascendentes e descendentes de demanda externa – e também de segurança – de inspiração geopolítica – (OEA, 1975, p. 22-30 e p. 245-251).

Era uma colônia sem maiores atrativos comerciais e, portanto, como afirma Antônio Carlos Moraes (1991, p. 169), não haveria outra forma de construí-la que não ocupando espaços e produzindo, “sendo assim mais uma obra de edificação de algo novo do que de apropriação de uma estrutura preexistente – como em outras partes do mundo colonial e da própria América”.

Similares a este processo seriam as frentes – como, por exemplo, a do café – associadas às outras dinâmicas da economia brasileira, cuja demanda se sustentava nos países industrializados, os quais, no contexto internacional de divisão do trabalho que advém da Revolução Industrial, passaram a demandar produtos tropicais e subtropicais, ocasionando o estabelecimento, no correr dos séculos XVIII e XIX, de um sistema de produção dependente das transformações econômicas dos países demandantes (CANABRAVA, 1974, p. 86).

Tais demandas deram origem a diversas “frentes de expansão agrícola ou de extração vegetal”, vinculadas a ciclos de expansão da economia brasileira. Foi o caso da cana-de-açúcar, do café e da borracha, as quais teriam um dinamismo que se caracteriza pela extrema sensibilidade do sistema produtivo face ao mercado. Sua forte dependência<sup>11</sup> para com o comprador – o qual se constitui em uma nova metrópole para o sistema na medida em que este tenha seu dinamismo centrado na produção especializada da frente – define um sistema cuja fragilidade e dependência são estruturais.

Nestas circunstâncias, caso os preços caiam a ponto de não remunerar os custos de produção, cabe ao produtor sair parcial ou totalmente do mercado, interrompendo a produção. Caso esta situação perdure, tornando-se uma situação normal do mercado, e o ciclo de expansão não tenha como resultado saldos que permitam a geração interna de outros processos dinâmicos, a tendência do sistema produtivo é regredir para os padrões de subsistência, dando origem a uma frente de expulsão – como se deu, por exemplo, com o ciclo da borracha (OEA, 1975, p. 25).

Pode-se especular sobre as conseqüências deste padrão no que concerne à apropriação de espaços e dos recursos da natureza, verificando-se que as frentes estabelecem uma dinâmica que é sempre perversa, pois implicam a sucessiva ampliação das áreas utilizadas e, na grande maioria das vezes, uma apropriação não sustentável, quer nos momentos de expansão, quer nos momentos de expulsão.

Na frente de expansão, que tem sua lógica produtiva substancialmente determinada por demanda externa sustentada, os obstáculos a serem superados no âmbito interno dizem respeito a: sistemas de transporte – para adentrar o espaço não ocupado e para retirar o produto, colocando-o no porto; oferta de terra produtiva e, para o padrão tecnológico dado, mão-de-obra disponível.

Nos casos de crescimento da demanda, a apropriação de novos espaços se dava sempre que o sistema produtivo implantado atingia o seu limite de produção, tornando necessária a incorporação de novas unidades produtivas.

Nesse sistema, quando havia níveis estáveis de demanda e tecnologia, a produtividade da terra passava a ser o fator fundamental para a viabilidade do empreendimento agrícola. Esta produtividade devia remunerar os custos de produção. Quando isso deixava de acontecer, a opção não se dava pela incorporação de tecnologia para a melhoria de produtividade, mas pela incorporação de novas áreas de produção (BURLAMAQUI, apud CANABRAVA, 1974 p. 93), pois estas, além de disponíveis, podiam ser incorporadas a baixo custo<sup>12</sup>.

Já no caso da redução de preço ou demanda esta, quando acontece, pode implicar na necessidade de apropriação de áreas para manutenção da produção – na ausência da possibilidade de controle sobre os preços, pois os mesmos são definidos externamente – pois, com a queda da produtividade, também há necessidade de incorporação de novas áreas, pelo menos até o limite da remuneração dos custos de produção.

Atingido este patamar, tem-se uma frente de expulsão. São condições de produção regressivas, que signifi-

<sup>11</sup> Sobre a dependência e sua relação com a apropriação da natureza assim se manifesta Raymundo Faoro (2000, p. 123): “Por este caminho – o vínculo da empresa do Brasil ao Portugal extrovertido economicamente – começou o drama da dependência [...] O comércio europeu alcança, nos seus tentáculos, a colônia americana, estruturalmente incapaz de buscar do seu largo território e de suas riquezas interiores a autonomia das próprias determinações, agrilhoadas aos padrões comerciais instalados nas costas portuguesas, persistente herança do mundo mediterrâneo. As origens impõem um destino. O pólo imantado pelo pau-brasil será o mesmo do açúcar, do ouro e do café”. Ou mais à frente (2000, p. 131): “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. [...] A colônia e a metrópole, com a orquestração comandada da metrópole, traço inicial do povoamento, asseguram os dois termos [...] dois pólos”.

<sup>12</sup> Pode-se avaliar o valor relativamente baixo desse fator *vis a vis* aos demais componentes da empresa rural quando se toma em conta, como avalia Faoro (2000, p. 143), que por mais de trezentos anos, tanto nas explorações açucareiras como cafeeiras, a terra valia um décimo do valor dos escravos envolvidos na empresa.



cam menor produtividade e culturas de menor padrão de remuneração, o que pode implicar na maior demanda de terra para a mesma quantidade de população envolvida na produção (OEA, 1975, p. 25-26).

Observe-se que a disponibilidade de terras vinculava-se não somente às características físicas do território, mas também a uma consequência da política de ocupação territorial a oeste da linha de Tordesilhas, sustentada pelo governo português durante o período colonial – e que depois da independência teve desdobramentos até princípios do século XX.

A sistemática tentativa de ampliação das fronteiras implicou a ocupação de vastas extensões territoriais com baixa densidade populacional, principalmente ao sul, ao oeste e ao norte do país (MACHADO, 2001, p. 57).

Eram terras devolutas – sem propriedade certa e, portanto, do governo e concedidas a terceiros pelo governo – por tradição que remonta às origens de Portugal (FAORO, 2000, p. 6 e 140-144) – ou se tratavam de grandes extensões de terra muito pouco ocupadas e com proprietários ausentes.

Tais terras tinham sido obtidas a partir do sistema de sesmarias, as quais, na maioria dos casos, foram concedidas aos que tinham acesso ao sistema de decisão – os que tinham vínculos com a metrópole ou com seus prepostos na colônia. Estes últimos não constituíam a população que ocupava estas áreas distantes dos centros de decisão, impedida pelas necessidades da sobrevivência ou remanescente das expedições de ocupação.

A dinâmica de expansão territorial, impulsionada por bandeiras de apresamento ou mineração, colônias militares, expedições exploratórias, ou crescimento demográfico, que definia o domínio da terra a partir do *uti possidetis ita possideatis*, associada ao sistema de concessões de sesmarias, deu origem ao direito sobre a terra àquele que a habitava e usava (MACHADO, 2001, p. 76-77). Era o sistema de posses, as quais, através de grilagem, eram repassadas a muito baixo custo para os interessados em seu uso econômico (CANABRAVA, 1974, p.89).

Observa-se que a prática de grilagem constitui-se basicamente na aquisição, por meios lícitos ou ilícitos,

dos direitos de posse das populações radicadas nas áreas a serem ocupadas e na sua regularização, junto aos organismos governamentais e a justiça<sup>13</sup>, e sua posterior venda para os envolvidos na empresa agrícola. São procedimentos, muitas vezes no limite da legalidade, que exigem relações pessoais, poder e recursos financeiros, referindo-se às práticas clientelísticas, conforme aludido anteriormente.

Já os envolvidos nesta empresa, para reduzir o custo da abertura das terras para a atividade produtiva, adotavam a sistemática de arrendá-las. Aos arrendatários era concedido o produto da venda da madeira e da primeira safra de café, o que se dava depois de quatro anos, bem como a exploração de cultivos intercalados<sup>14</sup> aos cafeeiros – geralmente feijão, milho e mandioca (OEA, 1975, p.11).

Tal processo, que ainda pode se encontrar nas práticas de aquisição de terras nas áreas menos ocupadas do país, equacionava a necessidade de novas terras para atender às imposições das frentes de expansão – quer da demanda quer da perda de produtividade. Ele se vincula ao padrão relacional da sociedade brasileira com a natureza, que não confere valor a esta última e que privilegia as relações com a mesma a partir de um sistema hierarquizado onde se confere grande valor às relações pessoais e de parentesco.

A partir do exposto é possível evidenciar um conjunto de elementos que compõe uma dinâmica sempre inadequada dos padrões de apropriação da natureza em vários ciclos econômicos ou frentes históricas de expansão da economia brasileira. De um lado, tem-se um conjunto de fatores que determinavam uma paulatina perda de fertilidade das terras: o sistema de queimadas, as limitações tecnológicas do sistema de exploração e as características do solo tropical quando exposto ao intemperismo. De outro, o atendimento à demanda externa, que exigia sustentação ou incremento de produção, o que implicava na ocupação de novos espaços, os quais eram relativamente fáceis de ser incorporados – e se incorporavam, na maioria das vezes, por meio das práticas clientelísticas já referidas. Ambos realimentavam um padrão relacional, entre o sistema produtivo e a natureza, altamente desastroso.

Assim, a agricultura brasileira, desde o período colonial, desenvolveu-se atrelada a um sistema econômico

<sup>13</sup> Acrescente-se também, enfatizando o caráter ambientalmente agressivo do sistema, que, para demonstrar a posse, há que se mostrar o uso da terra, a queimada então era a forma mais barata de afastar a floresta e demonstrar o uso agrícola.

<sup>14</sup> O advento da prática do cultivo intercalar não deve ser associado ao sistema de arrendamento e parceira para a formação dos cafezais, pois já se encontrava nos inícios da lavoura cafeeira ainda no vale do Paraíba, sendo feito, então, com o intuito de proporcionar alimento à mão-de-obra escrava, como registra Alice Canabrava (1974, p. 97).

cuja lógica praticamente requer um padrão de apropriação da natureza que implica a apropriação de áreas cada vez maiores e a sua sucessiva esterilização.

Além da virtual devastação pela atividade açucareira da mata que se estendia desde a Paraíba até Alagoas no litoral do nordeste (PRADO JR., 1967, p. 87), o deslocamento da frente cafeeira no centro-sul do Brasil – desde os primeiros decênios do século XIX até a década de 1960 – é um exemplo da capacidade de apropriação de áreas e comprometimento dos recursos da natureza deste sistema.

Apenas para dar uma noção da inércia deste padrão relacional e sua capacidade de repetição no tempo: basta constatar como o diagnóstico oferecido por Prado Júnior (1967, p. 162) para a relação entre as práticas de cultivo e a decadência do café no vale do Paraíba – o que ocorreu nos meados do século XIX – coincide com o efetuado pelo Projeto Noroeste (OEA, 1975, p. 78-89), para o caso do Noroeste do Paraná um século depois.

Analisando a evolução da lavoura cafeeira, tanto nas terras do vale do Paraíba como nas terras roxas do planalto paulista, Alice Canabrava (1974, p. 93) chama a atenção por sua permanente demanda pela derrubada de novas florestas, observando que “em terras privilegiadas, o rendimento do cafeeiro, como cultura comercial, não ia além de vinte anos, no máximo”, sendo nas terras roxas em média vinte e dois anos. Apreciando esse processo de modo amplo, assim assinala:

Ao esplendor das áreas onde se elabora a paisagem típica das fazendas de café, condensadoras de população e nutridoras de cidades, sucediam-se mais tarde as pastagens mofinas, salpicadas de vegetações espontâneas de samambaias e sapé, que distinguem logo os solos empobrecidos. Aí, em quietude sonolenta, vegetam as “cidades mortas”, gastas pela emigração de seu potencial humano e de seus recursos materiais.

O comentário chama, aliás, atenção para o fato de que esta forma de relação tem conseqüências desastrosas não apenas no que se refere à derrubada das florestas, à depau-

peração das terras produtivas e ao comprometimento das águas e dos sistemas de drenagem pelos processos erosivos, mas dá origem a um conjunto de prejuízos de caráter socio-ambiental que são absorvidos pela sociedade brasileira no correr de todo este extenso período histórico, e que parecem algo naturalizado, como decorrência de um fluir normal das coisas como elas são.

Nessa forma de interação, encontram-se o deslocamento sucessivo de grandes contingentes populacionais com conseqüências de toda a sorte, que vão desde a ruptura de padrões culturais – relações familiares e de vizinhança, modos de viver e fazer – a perda de qualidade de vida e a de condições materiais da existência.

Também podem ser computados custos do ponto de vista econômico. As redes de transporte<sup>15</sup>, passado o período de dinamismo da frente, se tornam subutilizadas ou deslocadas espacialmente com relação aos fluxos dominantes de produção. A infra-estrutura e serviços urbanos deixam de ser demandadas nas escalas para as quais foram desenvolvidos tornando-se ociosas. As estruturas de armazenamento e toda a sorte de equipamentos e sistemas voltados à produção tornam-se inadequadas ou subutilizadas.

A dinâmica de apropriação extensiva do recurso terra, com prévia devastação de florestas, determinada por uma dinâmica de preços e demandas que se estabelece externamente sofre variações com o correr do século XX, principalmente a partir dos anos 30, graças principalmente aos processos de formação de um mercado interno, industrialização e urbanização.

Nestas circunstâncias ocorre, paulatinamente, um afastamento daquilo que se convencionou chamar de modelo primário exportador (SZMRECSÁNYI, 1984, 114-118), verificando-se mudanças na articulação da agricultura com os demais setores da economia. A formulação de políticas públicas para este setor aos poucos se afasta da exclusiva defesa dos interesses agrários, e se alteram as dinâmicas de formação de preços e de demandas bem como os padrões de apropriação do recurso terra.

Uma alteração importante, no que concerne à apropriação da terra como recurso produtivo, refere-se à forma de aquisição do recurso, surgindo as Companhias

<sup>15</sup> Odilon Nogueira de Matos (1974, p. 57), ao comentar o sistema de ferrovias que se desenvolve nos finais do século XIX, refere-se ao fato de que a ferrovia nasceu, aqui, atrelada ao café e sua lógica de implantação atendia à lógica de “propagação da cultura cafeeira”, e assim permanecerá até meados do século XX, o que está na origem da ausência de funcionalidade espacial com relação à distribuição de população e atividades que apresentava pelo menos até o último quartel do século passado. Isso dá origem a uma rede que “examinada hoje – nos anos 1970 comenta-se – num mapa ferroviário, nos dá a impressão de ausência total de plano, e às vezes de verdadeira ilogicidade”, dada a obsolescência de grandes trechos em decorrência do caráter itinerante da cultura cafeeira.

Colonizadoras, dentre as quais se destaca a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, sucessora nacional da *Paraná Plantations*, que adquire e regulariza terras para sua posterior venda.

Também se alteram, nesse mesmo período, os padrões de cultivo, antes baseados quase que somente na enxada – que passam a incorporar o arado e práticas de adubação, e alguma técnica conservacionista de solos e águas.

Mas o modelo geral permanece semelhante até o início dos anos 1970, principalmente no caso do café, de longe o maior produto de exportação do país, principal fonte de divisas, e origem do processo de acumulação que se associa à industrialização. Ou seja, as tecnologias produtivas, embora mais sofisticadas, não respeitavam as características da natureza, conduzindo ao paulatino empobrecimento das terras<sup>16</sup>; a dinâmica interna com ciclos de expansão e retração determinados externamente; o abandono das terras que se tornavam improdutivas e a procura de novas áreas para desbravar.

Interessante observar nesse tipo de sistema que a floresta devastada nessas imensas áreas parece ser, para a grande maioria da população, um ente quase abstrato, como se jamais houvesse existido, tornando-se um lugar de esquecimento.

Exemplo disso é que, no norte e noroeste do Paraná, as casas de memória referem-se à bravura e à capacidade empreendedora dos primeiros ocupantes ditos, orgulhosamente, pioneiros. Quase nada se fala das imensas florestas que ali existiam ou das populações indígenas que foram literalmente eliminadas para dar possibilidade à realização da fazanha.

### **Considerações finais**

Como se viu, a agricultura de produtos de exportação no Brasil estabeleceu um padrão itinerante que, pelo menos até o último quartel do século passado, a faz perambular atrás de novas *terras prometidas* deixando, nas regiões

ambientalmente mais frágeis, um rastro de terras degradadas, infra-estrutura social subutilizada e populações que se vêem na contingência de migrar ou se envolver num sistema econômico de menor rentabilidade e densidade ocupacional.

Sua dinâmica traduz padrões de interação entre a produção e a natureza, que atualizam as representações de natureza antes referidas. Ela se desloca na busca de terras férteis, apropria-se dos recursos como se estes fossem infundos, colocando o homem numa posição de fruidor descompromissado com a reprodução ambiental, ou sua conservação. A sistemática de apropriação de novas terras obedece a um padrão em que a hierarquia e as relações de clientelismo – atualizadas – desempenham um papel preponderante. Seu processo de expansão é sistematicamente assimilado à noção de *progresso*.

Com os matizes da atualidade no que concerne ao sistema de trocas internacional, aos padrões tecnológicos e de financiamento, tal dinâmica parece se manter atualmente, em particular no que se refere aos processos de incorporação de novas áreas à produção<sup>17</sup>.

A percepção da inércia desse sistema de interação entre sociedade e natureza não deve, contudo, constituir-se num fator de imobilidade em relação às possibilidades de agir sobre este quadro, pois indicam uma linha de reflexão no que diz respeito à compreensão dos processos de degradação e à formulação de políticas públicas no campo ambiental.

Isso porque, como se evidenciou, o mesmo padrão relacional entre sociedade e natureza parece sugerir que subsiste no universo simbólico brasileiro, e se expressa com vigor na prática social, uma noção de natureza que se aproxima daquela das sociedades tradicionais – matizada e reatualizada pelas peculiaridades da trajetória histórica do país. Essa noção convive *vis à vis* com o modelo moderno em que o individualismo igualitário associa-se ao biocentrismo e ao ecologismo, ambos correspondendo a uma rígida demarcação de fronteiras entre os mundos social e natural.

<sup>16</sup> O plantio morro abaixo em linhas retas ainda era praticado no norte e noroeste do Paraná ainda nos meados dos anos 1960; mesmo nos padrões mais avançados praticamente não se adotavam outras técnicas conservacionistas que não o plantio em curvas de nível (OEA, 1973, p. 52). Nesse período na região noroeste do Paraná verificava-se um grande deslocamento de cafeicultores das regiões de arenito do noroeste do Paraná para o Mato Grosso em virtude da perda de produtividade das terras (OEA, 1975).

<sup>17</sup> As idas e vindas no recente processo de regulamentação da Lei de Crimes Ambientais são uma evidência de que tal padrão se repete, ainda que com novos significados e em novos contextos. Como se infere da matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (DOMINGOS, 2008), as normas são pensadas como impessoais e válidas para todos – o Decreto 6.514 de 22 de julho de 2008 – mas quando submetidas à prática social, os interesses se manifestam e estas mesmas normas, pouco tempo depois de sua publicação, tornam-se disfuncionais até para os signatários das mesmas.

Há, portanto, um contraponto entre uma visão encantada da natureza e da sociedade e a visão moderna, desencantada, que se tenta conciliar sem, contudo, perceber a imensidade da contradição que esta tentativa encerra.

Ressalta-se, face ao exposto, que nesse contraponto certamente haverá uma brecha cognitiva que pode levar à

identificação de uma nova alternativa política. Uma abertura histórica que deve ser buscada nas tentativas de compreensão dos processos de degradação e na formulação de políticas públicas e outras formas de ação. Coloca-se, pois, a necessidade de incorporação das infinitas possibilidades advindas de cada um dos pólos de tal oposição.

## Referências

- AB'SABER, A. N. Fundamentos geográficos da história brasileira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Diretor). *História geral da civilização brasileira. I – a época colonial: 1 – do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1976.
- ANDRADE, M. de. *Melhores poemas de Mário de Andrade*. São Paulo: Global, 2003.
- ARRUDA, G. Representações da natureza: história, identidade e memória. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo e DIAS, Reginaldo (Orgs). *História espaço e meio ambiente*. Maringá: ANPUH-PR, 2000.
- ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARANÁ – ADEA. *Boletim informativo para associados*. N. 1. Curitiba: junho de 1976.
- BOPP, R. *Cobra Norato*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.
- BOSI, A. As letras na primeira república. In: FAUSTO, Boris. Diretor. *História geral da civilização brasileira. III – o Brasil republicano: 2 – sociedade e instituições*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1978.
- CANABRAVA, A. P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Diretor. *História geral da civilização brasileira. II – o Brasil monárquico: 4 – declínio e queda do império*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1974.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES – CNT, SENSUS PESQUISA E CONSULTORIA. *Pesquisa de opinião pública nacional: relatório síntese rodada 89*. Junho 2007. Disponível em: <[http://www.cnt.org.br/arquivos/downloads/sensus/\\_relat89.pdf](http://www.cnt.org.br/arquivos/downloads/sensus/_relat89.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2007, 16h40min.
- CRONON, W. Beginnings introduction: in search of nature. In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.
- DAMATTA, R. Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DOMINGOS, J. Governo cede e vai afrouxar a lei contra crime ambiental: haverá mais prazo para recomposição de reservas e embargo de propriedade só vai afetar áreas destruídas. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 2 de outubro de 2008, p. A21.
- DRUMOND, J. A. História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, v.4, n. 8, p. 198-215, 1991.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, v. 1. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- GÂNDAVO, P. de M. *Tratado da terra do Brasil*. História da Província Santa Cruz. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>.
- GOMES CARNEIRO, C. F. de A. *A constituição de patrimônios naturais e o tombamento da Serra do Mar no Paraná*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007. Mimeo.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, B. P. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. In: *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- MATOS, O. M. de. Vias de comunicação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Diretor. *História geral da civilização*

brasileira. II – o Brasil monárquico: 4 – declínio e queda do império. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1974.

MELLO, J. B. F. de. Humanização da natureza: uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

MONTEIRO, D. T. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. Diretor. *História geral da civilização brasileira. III – o Brasil republicano: 2 – sociedade e instituições*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1978.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

OEА – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Bacia do rio da Prata: estudo para sua planificação e desenvolvimento*. República Federativa do Brasil, Noroeste do Estado do Paraná. v. I. Estudo para o controle da erosão. Washington DC: Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, 1973.

\_\_\_\_\_. *Bacia do rio da Prata: estudo para sua planificação e desenvolvimento*. República Federativa do Brasil, Noroeste do Estado do Paraná. v. II. Estudo para o desenvolvimento regional. Washington DC: Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, 1975.

PÁDUA, J. A. As raízes históricas do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento no Brasil. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Palotti; Florianópolis: APED, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. A natureza como paisagem e como emblema da nação: uma reflexão sobre a arte neoclássica no Brasil no século XIX e acerca da produção de Nicolas Taunay. *Working Paper CBS-49-04*. University of Oxford, Center for Brazilian Studies, 2003. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERRANO, C. M. de T. *A invenção do Itatiaia*. Campinas: Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, UNICAMP, 1993 - mimeo.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970) In: FAUSTO, Boris. Diretor. *História geral da civilização brasileira. III – o Brasil republicano: 4 – economia e cultura*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1984.

TOLEDO, M. C. M. et al. Intemperismo e formação do solo. In: TEIXEIRA, Wilson et al. (Orgs.) *Decifrando a terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.